

Ofício 035/2024/SMTPS

Ourilândia do Norte, 05 de fevereiro de 2024.

Ao Senhor
Carlito Lopes Sousa Pereira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Pedido: Solicitação de Termo Aditivo para prorrogação de vigência contratual.

Após meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste, SOLICITAR o **1º Termo Aditivo** para a prorrogação da vigência e fornecimento do objeto contratual, por mais **12 (dez) meses**, do **CONTRATO ADMINISTRATIVO 0160/2023/FMAS**, firmado com a empresa **M C DE MORAES EIRELI**, CNPJ sob nº 02.735.688/0001-83, na data de 23/03/2023 com vigência até a data de 23/03/2024. A prorrogação do referido contrato se faz necessária devido o mesmo possuir atualmente um saldo a ser executado no valor de **R\$ 69.548,92 (Sessenta e Nove Mil, Quinhentos e Quarenta e Oito Reais e Noventa e Dois Centavos)**.

Declaro que os produtos e serviços da contratada atenderam de forma satisfatória esta secretaria, no que diz respeito ao **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PRODUTOS FUNERÁRIOS**.

Esta prorrogação contratual justifica-se devido a importância da continuidade do fornecimento desses produtos pela contratada, para que a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social dê prosseguimento em suas ações sociais, amparada pelo fornecimento dos produtos da contratada, para que tudo ocorra dentro da normalidade, evitando assim transtornos a secretaria e a máquina pública.

As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, através da contratada correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, que são as mesmas que constam no **CONTRATO ADMINISTRATIVO 0160/2023/FMAS**:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2082.0000 – Gestão de Benefícios Eventuais – BE
3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

**Secretaria de Trabalho
e Promoção Social**



**Prefeitura Municipal
de Ourilândia do Norte**

Diante do exposto, reitero meus cordiais cumprimentos e aguardo a resposta positiva desta solicitação.

CLAUDIA BORGES DE ARAÚJO

Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social

Decreto nº 333/2024